

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Metodista de Educação (IMED), fundado em 28 de fevereiro de 1928 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministras o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministras programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMED, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Programa de Integração Social (PIS)

O Instituto, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos e filantrópica, fica sujeito a questionamentos quanto ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97; porém, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 17;

(iv) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

O instituto goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, o instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 10.865.483 (R\$ 5.868.760 em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido positivo de R\$ 33.126.271 (R\$ 28.884.121 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhada aos índices de atualização dos principais custos do instituto;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Reduzir os encargos financeiros através da captação de novos empréstimos;
- Renegociação dos empréstimos existentes;
- Manter o parcelamento dos tributos federais, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Instituição;
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários, bem como a redução no volume de endividamento bancário.

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida, das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 18).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas referem-se às mensalidades de ensino de Educação Básica.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Ativos circulantes e não circulantes

A estimativa de perda para créditos de realização duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidades e cheques a receber, considerados de difícil realização.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

2.2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.9. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**2.2.12. Estimativas contábeis**

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.13. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco - Contas Correntes	259	23.310
Caixa	183	684
Aplicações	100	
	542	23.994

4. Mensalidades a receber

Descrição	2018	2017
Mensalidades a Receber	1.647.342	1.739.907
Cheques em cobrança	1.424.814	1.424.814
Confissão de dívida de faturas	1.004.826	1.154.349
Créditos a receber - Cartão de crédito	119.998	156.208
Cheques Devolvidos à Tesouraria	97.142	76.995
Cheques a compensar	29.604	50.933
Bolsa FIES	27	19.488
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(3.525.792)	(2.895.246)
	797.961	1.727.448

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As confissões de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido da perda constituída sobre os cheques em cobrança e os cheques devolvidos.

Perda estimada para créditos de liquidação

Descrição	2018	2017
Confissão de Dívidas	(853.502)	(404.022)
Mensalidades a receber	(1.150.334)	(989.416)
Cheques e cobrança judicial	(1.521.956)	(1.501.808)
	(3.525.792)	(2.895.246)

A estimativa de perda foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério de atraso para as mensalidades:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%;
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 100% sobre as negociações de dívidas vencidas há mais de 181 dias.

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Contas a Receber diversas	268.738	-
Material Didático a Receber	174.715	302.436
Adiantamento a Fornecedores	160.556	79.877
Adiantamento a Funcionários	-	23.093
Adiantamento para Viagem	1.305	1.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(171.220)	(187.207)
	434.093	219.200

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

6. Depósitos judiciais

Descrição	2018	2017
Depósitos recursais e bloqueios judiciais	37	23.711
	37	23.711

7. Compromissos a receber

Operação	2018	2017
Compromissos a receber	42.252.077	33.381.302
	42.252.077	33.381.302

Os saldos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2018 são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2018			2017
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	466.075		466.075	466.075
Edificação	4%	35.338	(33.467)	1.871	2.297
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	4%	5.375.870	(2.365.894)	3.009.976	3.357.113
Instalações	10%	1.200	(535)	665	785
Móveis e Utensílios	10%	2.251.470	(2.054.277)	197.193	262.285
Equipamentos de Comunicação	10%	12.447	(11.394)	1.053	3.256
Equipamentos de Ensino	10%	5.647	(30)	5.617	-
Máquinas e Equipamentos	10%	325.562	(167.738)	157.825	176.231
Veículos	20%	220.742	(219.061)	1.680	9.558
Biblioteca	10%	304.364	(289.297)	15.067	19.166
Laboratório salas especiais	10%	58.910	(57.898)	1.012	1.231
Equipamentos de Informática	20%	1.965.585	(1.961.466)	4.119	18.815
Instrumentos Musicais	10%	558	(369)	189	245
		11.023.769	(7.161.427)	3.862.342	4.317.057

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	466.075	-	-	-	466.075
Edificação	35.339	-	-	-	35.339
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	5.375.870	-	-	-	5.375.870
Instalações	1.200	-	-	-	1.200
Móveis e Utensílios	2.243.480	5.340	-	-	2.248.820
Equipamentos de Comunicação	12.447	-	-	-	12.447
Equipamentos de Ensino	-	5.647	-	-	5.647
Máquinas e Equipamentos	316.422	11.791	-	-	328.213
Veículos	220.742	-	-	-	220.742
Biblioteca	304.364	-	-	-	304.364
Laboratório salas especiais	58.910	-	-	-	58.910
Equipamentos de Informática	1.965.585	-	-	-	1.965.585
Instrumentos Musicais	558	-	-	-	558
	11.000.991	22.778	-	-	11.023.769

9. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	2018			2017
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20%	228.272	18.344	209.928	219.329
Marcas e patentes	4%	25.602	18.988	6.614	7.894
		253.874	37.332	216.542	227.223

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Direitos de uso de software	228.272	-	-	-	228.272
Marcas e patentes	25.602	-	-	-	25.602
	253.874	-	-	-	253.874

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

10. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2018	2017
FGTS a recolher	2.305.821	1.878.623
INSS a recolher	1.654.401	816.712
Férias	568.381	583.543
Salários e Ordenados	405.200	537.890
Rescisão	214.944	114.411
FGTS Férias	35.853	46.473
Contribuição Assistencial	31.131	14.649
Contribuição Financeiras de Empregados	14.418	18.411
Estagiários	12.376	8.718
Contribuição Sindical	9.617	2.138
Acordos Trabalhistas	3.000	-
Serviços avulsos s/ vínculo	2.307	1.321
13º Salário	-	213.098
FGTS 13º Salário	-	17.048
Pensão	(882)	(941)
	5.256.568	4.252.094

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a pagar, que correspondem às verbas rescisórias e encargos, que serão quitadas mediante os acordos firmados e parcelamentos.

11. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
IRRF a recolher s/ salários	643.289	314.502
PIS/ Confins/ CS a recolher s/ serviços	11.402	6.251
INSS a recolher s/ serviços	7.166	6.006
IRRF a recolher s/ serviços	5.968	4.289
ISS a recolher s/ serviços	1.672	1.002
	669.497	332.049

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações pleiteia parcelamentos junto aos órgãos fiscais.

12. Provisão para demandas judiciais

O Instituto possui ações judiciais e processos administrativos perante vários órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2018			2017		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Circulante	2.000.000		2.000.000	20.252		20.252
Trabalhistas	-	-	-	14.252	-	14.252
Cíveis	-	-	-	6.000	-	6.000
Tributárias	2.000.000		2.000.000			
Não circulante	363.050	37	363.012	1.263.050	23.711	1.239.339
Trabalhistas	113.050	-	113.050	103.050	-	103.050
Cíveis	-	-	-	10.000	-	10.000
Tributárias	250.000	37	249.963	1.150.000	23.711	1.126.289
	2.363.050	37	2.363.012	1.283.302	23.711	1.259.591

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.283.302
Movimentação líquida	1.079.748
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.363.050

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

13. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Parcelamento PERT da Lei 13.496/2017	132.241	98.795	1.142.936	1.146.785
	132.241	98.795	1.142.936	1.146.785

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21/06/2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do art. 2º. da referida Lei.

14. Fundo mútuo beneficente

Operação	2018	2017
Fundo Mútuo Beneficente	440.987	439.149
	<u>440.987</u>	<u>439.149</u>

Refere-se ao fundo que é constituído por recursos dos funcionários e é destinado a empréstimos financeiros aos mesmos.

15. Compromissos a pagar

Descrição	2018	2017
Compromissos a pagar	392.271	347.428
	<u>392.271</u>	<u>347.428</u>

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

17. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101:

	2018	2017	
	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos			
Número de alunos matriculados	2122	33	2624
Número de alunos pagantes	1646	27	2207
Quantidade de bolsistas gratuidade			
Bolsistas Integrais (100%)	216	6	265
Bolsistas Parciais (50%)	366	8	427
Total bolsistas	582	14	692

	2018	2017		
	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade				
Bolsas Integrais (100%)	1.954.442	54.484	2.333.679	2.388.163
Recursos próprios	1.954.442	-	2.333.679	2.333.679
PROUNI	-	54.484	-	54.484
Bolsas Parciais (50%)	1.414.347	35.232	1.828.029	1.863.262
Recursos próprios	1.414.347	-	1.828.029	1.828.029
PROUNI	-	35.232	-	35.232
Valor total de Gratuidades	3.368.789	89.716	4.161.708	4.251.424
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)				
Educação Básica e Superior				
Outras Bolsas Integrais (100%)	1.353.688	-	1.415.346	1.415.346
Outras Bolsas Parciais (50%)	3.037.724	50.953	3.874.227	3.925.179
	4.391.412	50.953	5.289.573	5.340.525
Valor total de Outras Bolsas	4.391.412	50.953	5.289.573	5.340.525

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

18. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta operacional		
Receita de ensino	20.964.975	24.783.728
Receita administrativa	1.114.379	3.484.192
	22.079.354	28.267.920
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(3.368.789)	(4.251.424)
Outras Bolsas	(4.391.412)	(5.340.525)
Descontos concedidos	(335.973)	(440.620)
Receita líquida	13.983.180	18.235.350

19. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Salários	(4.952.883)	(6.460.321)
Encargos e Benefícios	(148.731)	(255.521)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(124.900)	(131.376)
Depreciação e Amortização	(39.805)	(39.557)
Despesas gerais e administrativas	(119.634)	(97.955)
Outras despesas operacionais	(1.520)	(1.041)
	(5.387.472)	(6.985.772)

20. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(3.227.217)	(3.948.767)
Encargos e Benefícios	(1.070.584)	(1.189.309)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(23.857)	(38.517)
	(4.321.658)	(5.176.593)

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

21. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Energia Eletrica	(329.379)	(363.343)
Água	(156.773)	(180.200)
Material de Uso e Consumo	(125.897)	(152.478)
Propaganda e Publicidade	(92.619)	(97.103)
Manutenção e Conservação	(84.084)	(83.263)
Serviços de Terceiros	(75.735)	(15.695)
Telecomunicações	(71.927)	(160.617)
Outras despesas	(54.379)	(59.261)
Material Didatico	(34.751)	(1.385.369)
Impostos e Taxas	(11.312)	1.517
Transporte em geral	(5.172)	(20.263)
Material Clinico Hospitalar	(639)	(1.886)
	(1.042.668)	(2.517.960)

22. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Licença e manutenção do uso de softworks	(206.929)	(116.506)
Alugueis (a)	(142.716)	(951.379)
Outras despesas operacionais	(91.676)	(74.791)
Contribuições a Associações	(23.536)	(33.231)
Serviços graficos	(18.455)	(35.894)
Lanches e Refeições	(10.519)	(70.805)
Consultorias	(10.025)	(34.159)
Viagens e Estadias	(4.762)	(11.407)
	(508.617)	(1.328.171)

(a) Em 2018 houve redução do valor, devido ao distrato do contrato de locação da AIM - Associação da Igreja Metodista.

23. Despesas financeiras

	2018	2017
Juros Passivos	649.769	418.123
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos	131.937	(41.520)
Despesas Bancárias	105.865	90.009
Descontos Concedidos	414	147
lof/loc	(77.162)	78.944
	810.823	545.703

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

24. Receitas financeiras

	2018	2017
Juros e Multa Ativos	4.806.430	3.746.653
Descontos Obtidos	2509	57.774
Variação Monetária	-	3
	<u>4.808.939</u>	<u>3.804.431</u>

25. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

26. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Declarações de Impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

28. Eventos subsequentes

Em função do recebimento de novas ações judiciais, após o fechamento do balanço, o instituto estima um acréscimo de contingências com perda provável, no montante R\$ 718.223, não ocorrendo outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

29. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC 1SP 198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.